

Belo Horizonte, 30 de agosto de 2010.

REFERÊNCIA: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 083/2010, PROCESSO Nº 1.274/2010, MODALIDADE PREGÃO, FORMA PRESENCIAL.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em planejar, coordenar, organizar, montar e executar eventos de interesse institucional do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, com fornecimento de toda infra-estrutura Necessária.

PREGOEIRO: HENRIQUE ESTEVES CAMPOLINA SILVA

Prezada **Maria da Conceição Gabriche Siqueira Menezes**

DD. Gerente de Compra de Bens e Serviços – GECOMP – do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Eu, HENRIQUE EMILIO GONTIJO D AMBROSIO, na qualidade de cidadão brasileiro, solteiro, trabalhador autônomo, portador da CI/MG Nº 15.730.339- SSP, inscrito no CPF sob o nº 017.738.036.54, residente e domiciliado à Rua Professor Pedro Aleixo, nº 510, Bairro Belvedere, nesta Capital, e-mail henriquegd8@hotmail.com, venho, em nome do interesse público e em favor de toda coletividade, à presença de V.Sª apresentar a presente PETIÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 083/2010, MODALIDADE PREGÃO, FORMA PRESENCIAL, cujo objeto encontra-se acima descrito, da presença, nas regras do edital, de contrariedade à lei, em total afronta as normas e os princípios básicos que regem as licitações e contratações públicas, tanto as previstas no preâmbulo do edital impugnado como na Lei nº 8.666/93, conforme será cabalmente demonstrado:

1 – DA TEMPESTIVIDADE E LEGITIMIDADE

O item 18 do Instrumento Convocatório de Licitação, denominado “DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL”, prescreve:

“18. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

18.1. Até às 17 horas do dia 30.08.2010, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão, mediante petição, dirigida à GECOMP, devendo protocolizá-la na Rua dos Timbiras nº. 1.802, Centro, Belo Horizonte/MG.

18.2. No prazo legal, a GECOMP decidirá sobre a impugnação.

(...)

18.4. As respostas a esclarecimentos, impugnações, recursos e a comunicação dos demais atos serão disponibilizadas no endereço eletrônico www.tjmg.jus.br, por meio do link “Licitações”, para conhecimento dos interessados em participar do certame, cabendo a estes acessá-lo para obtenção das informações prestadas.”

A legitimidade deste citação para interpor a presente petição de impugnação ao edital de licitação nº 083/2010 encontra-se amparada no item anteriormente transcrito e ratificada na Lei de Licitações e Contratos, impondo-se o seu conhecimento, como medida de direito do exercício de cidadania.

Assim, a impugnação ao Edital de Licitação nº 083/2010, protocolizada no local, data e horário estabelecidos neste instrumento convocatório, é tempestiva e deve ser recebida, analisada e respondida tempestivamente.

Registro, ainda, que o fato de interpor a presente impugnação perante essa GECOMP não impede a este impugnante de fazê-lo perante o TCEMG e ao Órgão de Controle Interno do TJMG, na forma preconizada pelo § 1º do art. 113 do Estatuto Licitação Federal, bem como encaminhar cópia da petição protocolizada para conhecimento e apreciação do Conselho Nacional de Justiça, o que será realizado após sua protocolização junto ao TJMG, uma vez que o prejuízo do érrario é o prejuízo de todos nós cidadãos, e o edital impugnado não protege a Administração deste Tribunal de contratar mal e de pagar o indevido, conforme será a seguir demonstrado.

2 – UTILIZAÇÃO INDEVIDA DA FORMA PRESENCIAL DA MODALIDADE PREGÃO

No caso, não resta dúvida acerca da obrigatoriedade de adoção da licitação na modalidade PREGÃO, uma vez que se cuida de CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS, ou seja, Contratação de empresa especializada em planejar, coordenar, organizar, montar e executar eventos de interesse institucional do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, com fornecimento de toda infra-estrutura necessária .

A regra segue, no âmbito do processo administrativo da licitação, a diretriz que a lei assenta no sentido de que A MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, É O PADRÃO, pois preserva a transparência na gestão da "res pública", viabilizando a integridade do interesse público e coletivo e ampliação da competitividade.

Na presente hipótese, a não utilização da modalidade pregão, forma eletrônica, e adoção da forma presencial pressupõe justificativa da AUTORIDADE COMPETENTE, bem como a sua devida divulgação para conhecimento de todos, uma vez que a adoção da modalidade pregão, forma presencial, RESTRINGE CONSIDERAVELMENTE A PARTICIPAÇÃO DE INTERESSADOS, em especial na etapa competitiva de lances verbais, visto que não basta apresentar proposta em conformidade com o edital, mas seu valor deve se enquadrar nos critérios estabelecidos pelo edital e na lei, afetando o caráter competitivo do certame. Daí a exigência de pacimônia/motivação na escolha da forma presencial.

Diante dessas assertivas, não precisa ter olhos de lince para perceber que:

- no edital de seus anexos não existem qualquer justificativa técnica e legal circunstanciada da autoridade competente para a escolha da modalidade pregão, na forma presencial, ferindo os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, isonomia e transparência na adoção do rito do certame, tão profalada pelo CNJ. Mesmo se fosse a hipótese de alegar que a motivação foi realizada sutilmente nos autos, dificultando o conhecimento de todos os interessados e cidadãos brasileiros, s.m.j, já recairia nesse licitação suposta presença de interesses ilegítimos e, mesmo assim, a fundamentação não seria tecnicamente e legalmente robusta o suficiente para justificar a adoção da forma presencial em detrimento da forma eletrônica, pelos motivos abaixo alinhavados:

A - o pregão presencial restringe consideravelmente o universo de participantes, contrariando o disposto no § 1º do art. 3º da Lei nº 8.666/93, motivo pelo qual deveria ser utilizado em situações

excepcionalíssimas, com publicidade de sua motivação técnica e legal, comprovando não restringir o caráter competitivo do certame.

Não é por outra razão que a própria normatização legal da licitação na modalidade pregão CONDICIONOU AO ADMINISTRADOR O USO, PREFERENCIALMENTE, NA FORMA ELETRÔNICA, RESSALVADAS A HIPÓTESES, DEVIDAMENTE MOTIVADAS QUE IMPEDIRAM A SUA UTILIZAÇÃO E A ADOÇÃO DE SUA MODALIDADE NA FORMA PRESENCIAL.

Conforme se extrai do item 6.2 do edital e seus subitens, denominado "Da Classificação de propostas", A ADOÇÃO DE SUA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA PRESENCIAL, reduz drasticamente a seleção dos potenciais licitantes na etapa competitiva de lances, em total prejuízo ao erário público;

"6.2. Da Classificação das Propostas:

6.2.1. Após abertas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade das mesmas, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;

6.2.2. Será declarada classificada, pelo Pregoeiro, a proposta do licitante que ofertar o **menor preço global**, conforme critério de julgamento indicado no preâmbulo deste Edital, bem como as propostas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquele, obedecendo as disposições do item 5.

6.2.3. Não havendo pelo menos três propostas nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de três."

B – é natural que as empresas idôneas prefiram não participar do pregão presencial promovido por este Tribunal, pois correrão o risco de deslocarem de suas sedes em outros entes da Federação e fiquem de fora da própria disputa de lances verbais na sessão pública, diante do critério de classificação anteriormente transcrito para classificação das propostas para a etapa de lances;

C – é inegável e irrefutável que no pregão eletrônico existe o incremento da competitividade e maior interesse de participação do certame, pois todos os potenciais licitantes que tiverem suas propostas classificadas, independentemente do valor proposto, participarão da etapa competitiva, mesmo que possuam estabelecimento em qualquer lugar do país, podendo participar do procedimento licitatório promovido por qualquer instituição sediada no território nacional, sem deslocar de suas sedes, dando maior competitividade, celeridade, economicidade, transparência e credibilidade às contratações públicas;

D - o pregão presencial aumenta consideravelmente a possibilidade de fraude, conluios e conchavos entre os licitantes presentes participantes da sessão pública, o que é consideravelmente reduzido nos pregões eletrônicos, onde não se pode conhecer e divulgar a autoria/identificação dos proponentes participantes do processo seletivo de propostas e da etapa competitiva;

E – diversamente do pregão presencial, o pregão eletrônico gera maior transparência e publicidade, pois qualquer pessoa interessada, seja física ou jurídica, pode acompanhar o desenvolvimento da sessão pública e ter acesso a todos os atos e procedimentos praticados em tempo real, por meio de utilização de recursos da tecnologia da informação, sem deslocar de suas sedes ou residências;

F - o resultado da utilização indevida do pregão presencial para contratação de serviços por este Tribunal está estampado no Diário do Judiciário, com inúmeras empresas sendo declaradas suspensas ou impedidas de contratar com a administração pública estadual, bem como declaradas inidôneas, o que põe "em cheque" qualquer argumentação desta Casa em favor da utilização do pregão presencial, principalmente porque desprovida de argumentos técnicos e/ou legais;

G - diversamente do pregão presencial, todos os potenciais proponentes, cujas propostas estejam em conformidade com o edital participam da etapa de disputa de lances eletrônicos, independentemente do valor original da proposta, com possibilidade de envio, inclusive, por parte do licitante, de lance inferior ao último por ele ofertado, o que otimiza as disputas e colocações no certame, primando pelos princípios da competitividade, economicidade e transparência dos gastos públicos;

H - A modalidade licitatória denominada PREGÃO, seja na forma eletrônica ou presencial, independem do valor estimado para o objeto da licitação a ser contratado, sendo vedada sua utilização como justificativa para realização do pregão presencial, uma vez que somente o pregão eletrônico garante o efetivo acesso e controle popular nas licitações públicas e o pleno exercício do direito de cidadania em qualquer parte da Federação Brasileira;

J - não há que se falar em dificuldades operacionais do pregoeiro ou equipe de apoio na análise de conformidade das propostas de preços das licitantes, uma vez que é muito simples e fácil esse exame, **agregado ao fato de que a proposta de preços do licitante declarado vencedor será totalmente reavaliada após a conclusão da fase de lances, no momento de acitação do lance vencedor pelo Pregoeiro, quando deverá ser ajustada pelo proponente para refletir corretamente os custos envolvidos na contratação, ficando vedada a majoração dos preços originalmente propostos.** Da mesma forma, diante da qualificação dos servidores envolvidos nessas atividades e procedimentos, os documentos de habilitação são extremamente comuns e de fácil análise pela Administração. **É TUDO MUITO EFICAZ E SIMPLES, SALVO QUANDO A PRÓPRIA ADMINISTRAÇÃO NÃO PRIMA PELA CLAREZA E OBJETIVIDADE DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS (PREÇO E HABILITAÇÃO).** S.m.j, esse argumento é extremamente ineficaz, frágil, imoral e ilegal para justificar a adoção do pregão na forma presencial. Caso essa suposição fosse plausível, não haveria sequer como licitar serviços de engenharia via pregão eletrônico, o que é reconhecido legalmente pela normatização mineira e adotado amplamente em âmbito nacional;

K - ao contrário do pregão presencial, a negociação do Pregoeiro com o licitante declarado vencedor é realizada por meio do próprio sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes e por todos os cidadãos em qualquer parte do país;

I - o pregão eletrônico é utilizado com sucesso em todo o território nacional para contratação de serviços comuns, sendo o edital objeto desta impugnação exceção ao padrão ou regra geral, sem qualquer justificativa plausível, ferindo frontalmente o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e a normatização estadual, **MACULANDO DE NULIDADE ESSE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO;**

L - O item I do art. 3º da Lei de Licitações estabelece que é vedado ao agente público admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos convocatórios, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, como acontece no presente caso, motivo pelo qual impõe-se a ANULAÇÃO DO CERTAME para revisão da forma da modalidade do pregão utilizada;

M - Finalmente, registro que manter a decisão de licitar na forma presencial compromete a lisura do presente certame licitatório, favorecendo e prevalecendo o interesse maior dos licitantes minerios em detrimento da participação de um número extremamente mais expressivo de empresas idôneas interessadas no procedimento em evidência, sediadas em todo o território nacional. Estas empresas acabam preferindo não participar do certame, uma vez que se se veem compelidas a comparecer à Capital Mineira e correr o risco de serem alijadas da participação da disputa de lance verbais competitivos, diante da limitação imposta pelas próprias normas regulamentares do pregão presencial, que acabem restringindo a participação dos interessados classificados no certame nesta etapa considerando a proposta de MENOR PREÇO e aquelas até 10% acima desse valor. Caso não obtenham

três propostas nessas condições, serão classificadas mais três propostas, alijando os demais participantes da etapa competitiva. Daí porque ser exceção e excepcionalidade a utilização da licitação da modalidade pregão, na forma presencial, e a regra é ser realizada na forma eletrônica.

NÃO É POR OUTRA RAZÃO QUE A ADOÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL EXIGE MOTIVAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE PARA A HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME, DEVIDAMENTE DIVULGADA NO SITE DO TRIBUNAL, O QUE, SIMPLEMENTE, NÃO EXISTIU NO PRESENTE CASO, EIVANDO TODO O PROCESSO DE NULIDADE ABSOLUTA, O QUE DEVE SER DECLARADA POR ESTA ADMINISTRAÇÃO.

3 - VIOLAÇÃO DOS PRECEITOS LEGAIS CONTIDOS NOS PARÁGRAFOS 2º E 4º DO ART. 7º DA LEI Nº 8.666/93, COM APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO §6º DO MESMO DISPOSITIVO LEGAL, QUE DEIXA CLARO, AO PREVER A NULIDADE DOS ATOS E CONTRATOS PRATICADOS COM PRETERIÇÃO DAS NORMAS DO ART. 7º, QUE SÃO DE ORDEM PÚBLICA, COGENTES, INAFISTÁVEIS, SEJA PELA ADMINISTRAÇÃO OU PELOS LICITANTES.

O VÍCIO CONSTANTE DO EDITAL É INSANÁVEL E A ORDEM JUJRÍDICA SOMENTE REDUNDARÁ SATISFEITA COM A ELIMINAÇÃO DO ATO DEFEITUOSO, APAGANDO-SE TODOS OS EFEITOS DECORRENTES DE SUA EDIÇÃO.

Qualquer cidadão pode requerer à Administração Pública os quantitativos dos serviços, uma vez que essa omissão compromete a finalidade intrínseca e extrínseca deste procedimento licitatório, impedindo o conhecimento exame do objeto do edital pelos cidadãos e interessados em participar do processo licitatório e, conseqüentemente, a obtenção de proposta mais vantajosa para a administração pública, contrariando, ainda, o art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93..

Em que pese ser o TERMO DE REFERÊNCIA um documento formal elaborado por profissional qualificado e submetido à análise e aprovação da autoridade competente para homologar o certame, verifica-se que foram totalmente inobservados os preceitos *in verbis*:

“Art. 7º AS LICITAÇÕES PARA A execução de obras e PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OBEDECERÃO AO DISPOSTO NESTE ARTIGO E, EM PARTICULAR, À SEGUINTE SEQUÊNCIA:

(....)

§ 2º As obras e OS SERVIÇOS SOMENTE PODERÃO SER LICITADOS QUANDO:

I – houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;

II – EXISTIR ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS QUE EXPRESSEM A COMPOSIÇÃO DE TODOS OS SEUS CUSTOS UNITÁRIOS.

(...)

§4º É VEDADA, AINDA, A INCLUSÃO, NO OBJETO DA LICITAÇÃO, DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS SEM PREVISÃO DE QUANTIDADES OU CUJOS QUANTITATIVOS NÃO CORRESPONDAM ÀS PREVISÕES REAIS DO PROJETO BÁSICO OU EXECUTIVO. (OBS do impugnante: **FORAM TOTALMENTE DESCARTADOS OS QUANTITATIVOS DE INSUMOS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS Á CONSECUÇÃO DO OBJETO LICITADO, IMPONDO A DECRETAÇÃO**

DE NULIDADE DA LICITAÇÃO Nº 083/2010, ou até mesmo seu reconhecimento de ofício pela Administração).

§6º A infringência do disposto neste artigo implica NULIDADE DOS ATOS OU CONTRATOS REALIZADOS E A RESPONSABILIDADE DE QUEM LHE TENHA DADO CAUSA."

As disciplinas normativas anteriormente transcritas devem ser analisados em conjunto com o disposto no art. 40, incisos I, X, XIII e § 2º, incisos I e II do Estatuto Licitatório Federal, que ostenta a seguinte dicção, *in verbis*:

"Art. 40 O edital conterá no preâmbulo o nome (...), e indicará, OBRIGATORIAMENTE, o seguinte:

I – objeto da licitação, em descrição sucinta e clara; (Obs. do autor da impugnação: A definição do objeto dever ser de FORMA PRECISA, SUFICIENTE E CLARA, vedadas as especificações que, por excessivas, irrelevantes, ou desnecessárias, limitem a competição, além da necessidade de DISPONIBILIZAÇÃO DE ELEMENTOS OU DOCUMENTOS TÉCNICOS INDISPENSÁVEIS À PERFEITA CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO LICITADO).

(...)

VII – CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS UNITÁRIO E GLOBAL, conforme o caso, permitida a fixação de PREÇOS MÁXIMOS e VEDADOS A FIXAÇÃO DE PREÇOS MÍNIMOS, CRITÉRIOS ESTATÍSTICOS OU FAIXAS DE VARIAÇÃO EM REALAÇÃO AO PREÇO DE REFERÊNCIA, RESSALVADO O DISPOSTO NOS §§ 1º E 2º DO ART. 48. Obs do impugnante: A descrição dos eventos e o modelo de proposta comercial não foram suficientemente claros na indicação de características ou atributos capitais para a individualização do objeto de contratação de empresa organizadora de eventos, deixando margem para dúvidas de todas as naturezas, conforme será cabalmente demonstrado nessa peça impugnatória).

(...)

§2º Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

I – o projeto básico e/ou executivo, COM TODAS AS SUAS PARTES, DESENHOS, ESPECIFICAÇÕES E OUTROS COMPLEMENTOS;

II – ORÇAMENTO ESTIMADO EM PLANILHAS DE QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS:

Na licitação nº 083/2010, que por sinal é bom lembrar que não se trata de procedimento de REGISTRO DE PREÇOS, mas mesmo assim foi confundido e mesclado, de maneira totalmente irresponsável, descabida, ilegal, imoral e errônea com o mesmo, **AS PROPOSTAS DE PREÇOS DOS LICITANTES PARA FINS DE LICITAÇÃO NÃO ENGLOBALAM O PREÇO GLOBAL MENSAL OU ANUAL DA CONTRATAÇÃO, NEM OS QUANTITATIVOS UNITÁRIOS DO OBJETO A SER EXECUTADO.**

Como se fosse possível e legal, criaram um modelo de proposta comercial com unidade de medida de insumos e serviços, com preços que dizem ser compatíveis com o valor de mercado.

Não existe menção das fontes de pesquisa de preços de mercado utilizado pelo Tribunal e que afirma ser o praticado no ramo específico das empresas especializadas em organização de eventos, compatíveis com valores de preços de medidas unitárias de insumos e salários de mercado.

Desconsideraram completamente os acréscimos dos respectivos encargos incidentes, bem como a carga tributária correspondente a cada tipo de enquadramento das empresas, além da taxa de administração, impondo pesados, indevidos e desconhecidos ônus para todas as licitantes que se propuserem a participar "desse circo" e de total desconhecimento deste Tribunal, o que se torna inadmissível essa atitude no âmbito do Poder Judiciário, agravada pelo ônus que fatalmente recairá sobre a Administração,

conforme respostas aos esclarecimentos já apresentadas pela GECOMP, impondo, assim, o reconhecimento da nulidade do edital de licitação nº 083/2010.

Sobre o preço do serviço das empresas organizadoras de evento a Lei Federal nº 11771/08, na Subseção V, no Título denominado "Das Organizadoras de Eventos", dispõe, no art. 30 e seus parágrafos, o seguinte:

"Art. 30. Compreendem-se por organizadoras de eventos as empresas que têm por objeto social a prestação de serviços de gestão, planejamento, organização, promoção, coordenação, operacionalização, produção e assessoria de eventos.

§ 1º As empresas organizadoras de eventos distinguem-se em 2 (duas) categorias: as organizadoras de congressos, convenções e congêneres de caráter comercial, técnico-científico, esportivo, cultural, promocional e social, de interesse profissional, associativo e institucional, e as organizadoras de feiras de negócios, exposições e congêneres.

§ 2º O PREÇO DO SERVIÇO DAS EMPRESAS ORGANIZADORAS DE EVENTOS É O VALOR COBRADO PELOS SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, A COMISSÃO RECEBIDA PELA INTERMEDIÇÃO NA CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO E A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS.

Por outro lado, a Cláusula 4 do edital impugnado, denominada de " **VALOR DO CONTRATO**", estabelece:

"4.1. O valor anual estimado para o Contrato a ser firmado com o licitante vencedor é de R\$1.913.700,00 (um milhão, novecentos e treze mil e setecentos reais), no qual estarão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da Contratada"

A redação do **PREÂMBULO** do Edital estabelece que o julgamento das propostas das licitantes, destinado a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, será **PELO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DO MENOR PREÇO GLOBAL**.

É lamentável e inacreditável o que se constata neste processo O menor preço global será o mensal ou o anual previsto no item 4.1 do edital de licitação? De acordo com a lei, a interpretação lógica e teleológica é no sentido de que será mais vantajosa a proposta que atender a todas as especificações do ato convocatório, em sua integralidade, e que ofertar o menor preço global anual do serviço.

O art. 3º da Lei nº 8.666/93 reza que a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração. Seria irrelevante, se não fosse pela gravidade da situação, registrar que a **PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO É AQUELA QUE PERMITE A OBTENÇÃO DE PREÇOS E CONDIÇÕES MAIS VANTAJOSAS PARA O ÓRGÃO PÚBLICO CONTRATANTE**.

Inusitadamente, emerge a malfadada Cláusula 5 do edital de licitação em referência, afrontando totalmente toda as legislações anteriormente transcritas, bem como o interesse público e a ordem legal que disciplina as licitações públicas.

Assentue-se que o objeto da presente impugnação são as presenças de procedimentos e regras do edital de contrariedades à lei de licitações e Contratos.

EIS A REDAÇÃO DA CL'USULA 5ª DO EDITAL DE LICITAÇÃO NNº 083/2010:

“5”. DA PROPOSTA

“5.1. A PROPOSTA COMERCIAL DEVERÁ SER ELABORADA CONFORME MODELO (ANEXO IV) DESTE EDITAL, OBEDECIDAS AS DISPOSIÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I).

5.1.1. Na proposta comercial deverão constar os seguintes elementos:

a) ...

b) especificação do objeto e outros elementos exigidos no Anexo I, de modo a identificar e atender ao disposto no art. 31, da Lei nº. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;

C) OS VALORES DE TODOS OS ITENS CONSTANTES DO ANEXO IV, ASSIM COMO O SEU SOMATÓRIO, QUE REPRESENTARÁ O VALOR GLOBAL, EM MOEDA CORRENTE, COM A UTILIZAÇÃO DE DUAS CASAS DECIMAIS APOS A VÍRGULA.

5.1.2. A proposta deverá referir-se a todo o objeto especificado, não sendo aceitas propostas para prestação de serviços parciais, sob pena de desclassificação. (obs do impugnante: O MODELO DE PROPOSTA NÃO CONTEMPLA TODOS OS INSUMOS, SERVIÇOS, ENCARGOS, IMPOSTOS, TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, GASTOS DIRETOS E INDIRETOS DAS EMPRESAS ORGANIZADORAS DE EVENTOS, NÃO CONTEMPLA QUANTITATIVOS, APENAS EXPRESSA UNIDADE DE MEDIDA COMO SE PRETENDESSEM INÍCIAR UM PROCESSO DE REGISTRO DE PREÇO, O QUE NÃO SE TRATA DA PRESENTE HIPÓTESE. ASSIM, COMO DESCLASSIFICAR QUALQUER PROPOSTA SE A PRÓPRIA Administração foi omissa em seu ato convocatório. O veículo das estimativas orçamentárias são as planilhas de custos, que devem indicar quantidades e preços de cada item e subitem, o que é imperdoável confundir com CUSTO UNITÁRIO DE MEDIDAS E APURAÇÃO DO VALOR GLOBAL PARA FINS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, porque o custo envolve despesas de outra natureza, não especificadas pelo TJMG e que terão influência sobre o preço a ser cotado em cada unidade e no valor global final dessa malfadada planilha constante do ANEXO IV). A unidade de medida só tem utilidade para quantificar o total do objeto necessário para atender a demanda a ser executada.

5.2 As informações sobre os eventos constantes do Anexo I - Termo de Referência, **são meramente estimadas**, não obrigando o Tribunal executá-las em sua totalidade.
(...)

5.4. Consideram-se incluídas na proposta todas as despesas necessárias à execução do objeto, como tributos, encargos sociais e trabalhistas, seguros e outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação do serviço da presente licitação, os quais ficarão a cargo exclusivamente do licitante vencedor.”

Diante da redação do item 5.4, vejamos agora o conteúdo do ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL constante do edital impugnado:

ANEXO IV – (MODELO) PROPOSTA COMERCIAL

Pregão nº: **083/10**

Objeto: Contratação de empresa especializada em planejar, coordenar, organizar, montar e executar eventos de interesse institucional do TJMG, neles incluídos seminários, simpósios, solenidades, encontros, palestras, conferências, fóruns, reuniões e outros afins, com o fornecimento de toda infraestrutura e serviços necessários às respectivas realizações no Estado de Minas Gerais.

Razão Social:

CNPJ: CRC:

Endereço: Nº Bairro: Cidade: CEP:

Telefone: Fax: E-mail:

Banco: Nome e nº da agência: Conta Bancária:

LOTE VALOR DA PROPOSTA (SOMATÓRIO DOS ITENS 1 a 14) Único R\$

OBSERVAÇÃO: Os preços indicados na planilha referem-se aos preços médios de mercado.

ITEM – ESPECIFICAÇÃO - UNIDADE DE MEDIDA - PREÇOS MÉDIOS (OBS DO IMPUGNANTE: s.m.j, a unidade de medida só tem utilidade para quantificar o total do objeto necessário para atender a demanda a ser executada. Não pode ser utilizada para fins de critério de julgamento de menor preço, sem mencionar o quantitativo das unidades de medidas necessárias à execução completa do objeto licitado, sob pena de NULIDADE DA LICITAÇÃO E FACILITAÇÃO DA ILEGALIDADE DO JOGO DE PLANILHA DE PREÇOS PELOS LICITANTES PROPONENTES).

1 RECURSOS HUMANOS - VALOR PROPOSTO TJMG - PELO LICITANTE

- 1.1 Ascensorista Diária de 8 horas R\$ 30,00
 - 1.2 Assessor de Planejamento Diária de 8 horas R\$ 36,00
 - 1.3 Ator Diária de 4 horas R\$ 600,00
 - 1.4 Auxiliar de serviços gerais Diária de 8 horas R\$ 80,00
 - 1.5 Atendente de credenciamento Diária de 4 horas R\$ 40,00
 - 1.6 Cantor Diária de 4 horas R\$ 400,00
 - 1.7 Copeira Diária de 8 horas R\$ 30,00
 - 1.8 Coordenador de Logística Diária de 8 horas R\$ 141,61
 - 1.9 Digitador Bilingüe Diária de 8 horas R\$ 62,00
 - 1.10 Fotógrafo Diária de 8 horas R\$ 149,50
 - 1.11 Garçom Diária de 8 horas R\$ 110,00
 - 1.12 Intérprete Diária de 6 horas R\$ 160,00
 - 1.13 Locutor/apresentador/entrevistador Diária de 6 horas R\$ 600,00
 - 1.14 Mestre de Cerimônia Diária de 8 horas R\$ 416,67
 - 1.15 Motoboy Diária de 8 horas R\$ 30,00
 - 1.16 Motorista Diária de 8 horas R\$ 30,00
 - 1.17 Músico Diária de 4 horas R\$ 900,00
 - 1.18 Operador de equipamentos audiovisuais Diária de 8 horas R\$ 179,00
 - 1.19 Operador de Luz Diária de 8 horas R\$ 39,00
 - 1.20 Operador de Som Diária de 8 horas R\$ 179,00
 - 1.21 Auxiliar de Operador de Luz Diária de 8 horas R\$ 36,00
 - 1.22 Recepcionista Português Diária de 8 horas R\$ 132,80
 - 1.23 Recepcionista Bilingüe Diária de 8 horas R\$ 176,65
 - 1.24 Recepcionista Trilingüe Diária de 8 horas R\$ 182,00
 - 1.25 Segurança Diurno Diária de 8 horas R\$ 101,11
 - 1.26 Segurança Noturno Diária de 8 horas R\$ 125,00
 - 1.27 Técnico de Iluminação Diária de 8 horas R\$ 90,50
 - 1.28 Técnico em Informática Diária de 8 horas R\$ 155,00
 - 1.29 Telefonista Diária de 8 horas R\$ 30,00
 - 1.30 Operador/Técnico de Equipamentos de Tradução Simultânea Diária de 6 horas R\$ 92,50
 - 1.31 Intérprete Consecutivo de idiomas básicos Diária de 6 horas R\$ 380,00
 - 1.32 Intérprete Consecutivo de idiomas especiais Diária de 6 horas R\$ 620,00
 - 1.33 Intérprete para tradução simultânea/ idiomas básicos Diária de 6 horas R\$ 865,00
 - 1.34 Intérprete para tradução simultânea/ idiomas especiais Diária de 6 horas R\$ 600,00
 - 1.35 Tradutor de Texto Lauda padrão 25 linhas/60 caracteres/linha R\$ 21,67
- 2 LOCAÇÃO DE ESPAÇO**
- 2.1 Auditório m²/dia R\$ 25,00
 - 2.2 Sala de trabalho ou oficina não modulável m²/dia R\$ 30,00

2.3 Sala de trabalho ou oficina modulável m²/dia R\$ 30,00

2.4 Sala de Apoio m²/dia R\$ 30,00

2.5 Sala de relatoria m²/dia R\$ 29,00

2.6 Sala para Secretaria m²/dia R\$ 30,00

2.7 Sala VIP m²/dia R\$ 29,00

2.8 Sala de Imprensa m²/dia R\$ 29,00

2.9 Área de credenciamento m²/dia R\$ 29,00

2.10 Área de Apoio m²/dia R\$ 30,00

2.11 Área de estrutura para alimentação m²/dia R\$ 29,00

2.12 Área de alimentação m²/dia R\$ 29,00

2.13 Área para palco cultural m²/dia R\$ 29,00

2.14 Área para estação de informação m²/dia R\$ 29,00

2.15 Área de montagem de exposição m²/dia R\$ 30,00

2.16 Área de Camarim m²/dia R\$ 29,00

3 LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

3.1 LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO, AUDIOVISUAL E ILUMINAÇÃO

3.2 Equipamento de sonorização completa para até 50 pessoas Unidade/dia R\$ 400,03

3.3 Equipamento de sonorização completa para até 150 pessoas Unidade/dia R\$ 450,00

3.4 Equipamento de sonorização completa para até 300 pessoas Unidade/dia R\$ 900,00

3.5 Equipamento de sonorização completa para até 600 pessoas Unidade/dia R\$ 1.000,00

3.6 Equipamento de sonorização completa p/até 1000 pessoas Unidade/dia R\$ 1.045,00

3.7 Equipamento de sonorização completa p/mais 1001 pessoas Unidade/dia R\$ 1.100,00

3.8 Sonorização Completa para apresentação cultural Unidade/dia R\$ 300,00

3.9 Caixa de som acústica de 200W c/ base p/tripé com 2 vias Unidade/dia R\$ 90,00

3.10 Caixa de som acústica de 400W c/ base p/tripé com 2 vias Unidade/dia R\$ 119,00

3.11 Caixa de som acústica de 500W c/ base p/tripé com 2 vias Unidade/dia R\$ 121,00

3.12 Caixa de som de retorno Unidade/dia R\$ 30,00

3.13 Microfone sem fio Unidade/dia R\$ 64,54

3.14 Microfone de lapela Unidade/dia R\$ 27,00

3.15 Microfone com base ou pedestal de pé Unidade/dia R\$ 36,67

3.16 Microfone auricular sem fio Unidade/dia R\$ 15,00

3.17 Microfone gooseneck Unidade/dia R\$ 28,50

3.18 Pedestal tipo girafa para microfone Unidade/dia R\$ 10,00

3.19 Pedestal de mesa para microfone Unidade/dia R\$ 8,00

3.20 Aparelho de DVD Unidade/dia R\$ 10,00

3.21 Vídeo Cassete VHS HiFi 05 Cabeças Unidade/dia R\$ 10,00

3.22 Aparelho de Blue Ray Unidade/dia R\$ 30,00

3.23 Projetor de Multimídia – 1500 Ansi lumens Unidade/dia R\$ 120,00

3.24 Projetor de Multimídia – 2000 Ansi lumens Unidade/dia R\$ 250,00

3.25 Projetor de Multimídia – 2500 Ansi lumens Unidade/dia R\$ 280,00

3.26 Projetor de Multimídia – 3000 Ansi lumens Unidade/dia R\$ 330,00

3.27 Projetor de Multimídia – 4000 Ansi lumens Unidade/dia R\$ 350,00

3.28 Projetor de Multimídia – 10000 Ansi lumens Unidade/dia R\$ 355,00

3.29 Tela para Projecção 1,80x2,40 Unidade/dia R\$ 99,00

3.30 Tela para Projecção 2,00x2,00 Unidade/dia R\$ 110,00

3.31 Tela para Projecção 4,00x3,00 Unidade/dia R\$ 120,00

- 3.32 Tela para Projeção 5,00x6,00 Unidade/dia R\$ 30,00
- 3.33 Tela para Projeção 7,00x5,00 Unidade/dia R\$ 35,00
- 3.34 TV 29" UHF/VHF/CTV com suporte Unidade/dia R\$ 25,00
- 3.35 TV de Plasma/LCD de 42" c/sup. de chão HDTV Unidade/dia R\$ 60,00
- 3.36 TV de Plasma/LCD 42" c/suporte de chão FULL HD Unidade/dia R\$ 75,00
- 3.37 TV de LCD de 46 polegadas com suporte de chão FULL HD Unidade/dia R\$ 90,00
- 3.38 TV de LCD de 52 polegadas com suporte de chão FULL HD Unidade/dia R\$ 145,00
- 3.39 Painele LED m²/dia R\$ 200,00
- 3.40 Retroprojetoer Unidade/dia R\$ 10,00
- 3.41 Equipamento de iluminação de grande porte Unidade/dia R\$ 120,00
- 3.42 Refletoer para iluminação de palco Unidade/dia R\$ 13,00
- 3.43 Canhão para iluminação de palco Unidade/dia R\$ 45,00
- 3.44 Equipa Tradução Simultânea (para deficientes auditivos) Unidade/dia R\$ 150,00
- 4 LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA**
- 4.1 Computadoer Desktop Unidade/dia R\$ 133,50
- 4.2 Computadoer Notebook Unidade/dia R\$ 146,98
- 4.3 Scanner Unidade/dia R\$ 21,00
- 4.4 Webcam/Videocam 300 K Unidade/dia R\$ 12,00
- 4.5 Nobreak Unidade/dia R\$ 15,00
- 4.6 Impressora Jato de Tinta Colorida com cartuchos e papel Unidade/dia R\$ 71,50
- 4.7 Impressora Laser Unidade/dia R\$ 126,67
- 4.8 Pen Drive 2G Unidade (fornecimento) R\$ 30,00
- 4.9 Gravadoer/replicadoer de CD/DVD Unidade/dia R\$ 12,00
- 4.10 Ponto de internet com acesso e tempo ilimitado Ponto/dia R\$ 82,50
- 4.11 Link dedicado de Internet para até 10 Mb/s Megabit/segundo/dia R\$ 150,00
- 4.12 Link dedicado de Internet acima de 11 Mb/s Megabit/segundo/dia R\$ 150,00
- 4.13 Switc 10/100 Ethernet 8 portas Unidade/dia R\$ 14,50
- 4.14 Slide Desk Unidade/dia R\$ 18,00
- 4.15 Roteadoer Wireless Unidade/dia R\$ 18,00
- 4.16 Access Point Wireless (Ponto de acesso sem fio) Ponto/dia R\$ 60,00
- 4.17 Infra estrutura de redes Ponto/dia R\$ 10,00
- 4.18 Máquina copiadoer p/impressão preto/branco inst. no local Unidade de cópia R\$ 0,37
- 4.19 Máquina copiadoer p/impressão colorida instalada no local Unidade de cópia R\$ 1,20

5 LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA

- 5.1 Aparelho de fax com papel, tinta ou cartucho Unidade/dia R\$ 16,75
- 5.2 Aparelho telefônico comum Unidade/dia R\$ 4,65
- 5.3 Aparelho telefônico sem fio Unidade/dia R\$ 5,75
- 5.4 Aparelho telefônico celular Unidade/dia R\$ 9,00
- 5.5 Linha Telefônica fixa – Minuto Local Valor minuto/diário R\$ 1,00
- 5.6 Linha Telefônica fixa – Minuto DDD Valor minuto/diário R\$ 2,00
- 5.7 Linha Telefônica fixa – Minuto DDI Valor minuto/diário R\$ 4,00
- 5.8 Linha Telefônica – Minuto Especial Valor minuto/diário R\$ 1,00
- 5.9 Linha telefônica móvel minuto local Valor minuto/diário R\$ 3,00
- 5.10 Linha telefônica móvel minuto DDD Valor minuto/diário R\$ 6,00
- 5.11 Linha telefônica móvel minuto DDI Valor minuto/diário R\$ 12,00
- 5.12 Rádio Walkie Talk Unidade/dia R\$ 9,00
- 5.13 Rádio Comunicadoer com abrangência interestadual Unidade/dia R\$ 20,00

6 LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TRADUÇÃO/INTERPRETAÇÃO

- 6.1 Cabine para Tradução simultânea c/ isolamento acústico Unidade/dia R\$ 109,00
- 6.2 Central de intérprete Unidade/dia R\$ 20,00

6.3 Emissor Infravermelho para sistema de tradução simultânea Unidade/dia R\$ 70,00
6.4 Modulador para sistema de tradução simultânea Unidade/dia R\$ 25,00
6.5 Receptor Infravermelho para sistema de tradução simultânea Unidade/dia R\$ 55,00

6.6 Transmissor VHF para sistema de tradução simultânea Unidade/dia R\$ 20,00
6.7 Receptor VHF para sistema de tradução simultânea Unidade/dia R\$ 35,00

7 LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS

7.1 Bebedouro elétrico de chão Unidade/dia R\$ 30,00
7.2 Bebedouro elétrico de mesa Unidade/dia R\$ 11,00
7.3 Bebedouro de mesa Unidade/dia R\$ 10,00
7.4 Frigobar 120 Litros Unidade/dia R\$ 24,00
7.5 Geladeira 270 Litros Unidade/dia R\$ 36,00
7.6 Gerador de Energia – 180KVA Unidade/dia R\$ 100,00
7.7 Gerador de Energia – 500KVA Unidade/dia R\$ 200,00
7.8 Cadeira de rodas especial para deficientes/outras patologias Unidade/dia R\$ 40,00
7.9 Extintor de Incêndio – pó químico CO2 Unidade/dia R\$ 30,00
7.10 Ponto elétrico para tomadas e extensão Unidade/dia R\$ 8,00

8 SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO (INCLUSOS PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE COPOS, TALHERES, JARRAS, ETC., PARA TODOS OS PARTICIPANTES)

8.1 Água Mineral em garrafas e/ou copos individuais Unidade R\$ 3,45
8.2 Água Mineral – Garrafão de 20L Unidade R\$ 25,40
8.3 Garrafa de Café e Chá Litro R\$ 25,20
8.4 Máquina automática de café expresso Unidade/dia R\$ 30,00
8.5 Coquetel (Tipo 1) por pessoa R\$ 54,54
8.6 Coquetel (Tipo 2) por pessoa R\$ 59,42
8.7 Coffee Break (Tipo 1) por pessoa R\$ 17,53
8.8 Coffee Break (Tipo 2) por pessoa R\$ 20,88
8.9 Coffee Break (Tipo 3) por pessoa R\$ 11,20
8.10 Almoço/Jantar (Tipo 1) por pessoa R\$ 59,93
8.11 Almoço/Jantar (Tipo 2) por pessoa R\$ 75,80

9 DECORAÇÃO E SINALIZAÇÃO

9.1 Arranjo de Flores tipo jardineira para mesa plenária Metro Linear R\$ 174,33
9.2 Arranjo com tripé com flores naturais Unidade R\$ 64,25
9.3 Arranjos Florais tipo buffet para mesa de centro ou canto Unidade R\$ 106,00
9.4 Bandeiras Países/Estados/Municípios Tamanho 3 Unidade/dia R\$ 5,00
9.5 Bandeiras Países/Estados/Municípios Tamanho 4 Unidade/dia R\$ 5,00
9.6 Bandeiras mesa Países/Estados tam específico p/mesatrab Unidade/dia R\$ 6,00
9.7 Bandeja com almofada para entrega de insígniasprata Unidade/dia R\$ 12,00
9.8 Bandeja com almofada para entrega de insígniasmadeira Unidade/dia R\$ 11,00
9.9 Banner Impressão policromia m² R\$ 87,00
9.10 Estandarte m² R\$ 30,00
9.11 Faixa impressão em lona night and day colorida m² R\$ 23,00
9.12 Faixa de morim, confecção m² R\$ 16,00
9.13 Fita de inauguração, em gorgorão, nas cores verde e amarela m² R\$ 3,00
9.14 Flâmulas Unidade R\$ 8,00
9.15 Fundo de palco em vinil com impressão em policromia m² R\$ 76,50
9.16 Jardineira com flores tropicais Unidade/metro linear R\$ 80,00
9.17 Mastros para estandartes tamanho da bandeira c/bandeiras Unidade/dia R\$ 20,00
9.18 Mastros para bandeirastamanho da bandeira com ponteiros Unidade/dia R\$ 6,00
9.19 Medalhas em Bronze e/ou similar Unidade/dia R\$ 8,00
9.20 Medalhas em Prata e/ou similar Unidade R\$ 9,00
9.21 Medalhas em Ouro e/ou similar Unidade R\$ 11,00
9.22 Pano placa descerramento, veludo verde, c/torçal e roseta Unidade R\$ 8,00
9.23 Passadeira na cor vermelha Unidade R\$ 8,00

- 9.24 Placa em baixo relevo, escovada c/uma cor, aço escov inox m² R\$ 120,00
- 9.25 Placa em acrílico, espessura de 15mm, 4 furos e pintura m² R\$ 100,00
- 9.26 Prisma em acrílico Unidade/dia R\$ 12,70
- 9.27 Porta Banner Unidade/dia R\$ 45,00
- 9.28 Testeira para aplicação de programação visual Unidade/dia R\$ 39,00
- 9.29 Toalhas para mesas de reunião ou diretoria Unidade/dia/m² R\$ 104,00
- 9.30 Totem em Vinil quatro cores e estrutura Unidade/dia R\$ 69,00
- 9.31 Troféu Unidade R\$ 80,00
- 9.32 Urna para inaugurações Unidade/dia R\$ 15,00
- 9.33 Placa de homenagem em aço inox com textos gravados Unidade R\$ 131,00
- 9.34 Toalhas para mesa de honra R\$ 41,00
- 9.35 Vasos de Flores pequenos para mesa de apoio Unidade/dia R\$ 26,50
- 9.36 Vasos ornamentais grandes p/decoração áreas de circulação Unidade/dia R\$ 36,00

10 MONTAGENS E INSTALAÇÕES

- 10.1 Alambrados tipo fechamento cego Metro linear/dia R\$ 18,00
- 10.2 Alambrado tipo grade para cercamento Metro linear/dia R\$ 25,00
- 10.3 Aparelho de ar condicionado 7000 BTUs Unidade/dia R\$ 15,00
- 10.4 Aparelho de ar condicionado 10000 BTUs Unidade/dia R\$ 20,00
- 10.5 Balcão para recepção m²/dia R\$ 85,00
- 10.6 Balcão guardavolume m²/dia R\$ 30,00
- 10.7 Balcão Inf c/prat, portas de correr e testeiros c/iluminação m²/dia R\$ 40,00
- 10.8 Banqueta para balcão de recepção de secretaria Unidade/dia R\$ 15,75
- 10.9 Blimp Unidade/dia R\$ 70,00
- 10.10 Box Truss m²/dia R\$ 79,00
- 10.11 Cavalete com suporte de madeira Unidade/dia R\$ 10,00
- 10.12 Cobertura m²/dia R\$ 28,33
- 10.13 Cordão de isolamento, tipo unifila Unidade/dia R\$ 20,00
- 10.14 Cordão de isolamento, tipo unifila, com prisma Unidade/dia R\$ 22,00
- 10.15 Detector de metais manual Unidade/dia R\$ 20,00
- 10.16 Estande Básico m²/dia R\$ 153,50
- 10.17 Estande Especial m²/dia R\$ 317,50
- 10.18 Guarda Sol Unidade/dia R\$ 20,00
- 10.19 Isolamento acústico m²/dia R\$ 20,00
- 10.20 Lixeiras para área externa Unidade/dia R\$ 10,00
- 10.21 Painel para fixação de pôsteres em madeira ou vidro Unidade/dia R\$ 90,00
- 10.22 Painel montando em sistema padronizado octanorm m²/dia R\$ 100,50
- 10.23 Placas de sinalização em metal galvanizado m²/dia R\$ 70,00
- 10.24 Praticável ou Tablado de madeira ou piso carpetado m²/dia R\$ 69,00
- 10.25 Palco m²/dia R\$ 90,00
- 10.26 Pórtico especial com entrada principal construído em madeira m²/dia R\$ 45,00
- 10.27 Pórtico detector de metais Unidade/dia R\$ 100,00
- 10.28 Sup p/galhardete metalon galv. ou similar tam 1,00x0,50 cm Unidade/dia R\$ 10,00
- 10.29 Sup p/banners metalon galvaniz ou similar tam 2,00x1,10cm Unidade/dia R\$ 20,00
- 10.30 Tenda Fechada 5X5 Pé direito 2,50m Unidade/dia R\$ 50,00
- 10.31 Tenda Fechada 6X6 Pé direito 2,50m Unidade/dia R\$ 50,00
- 10.32 Tenda Fechada 8X8 Pé direito 2,50m Unidade/dia R\$ 50,00
- 10.33 Tenda Fechada 10X10 Pé direito 2,50m Unidade/dia R\$ 60,00
- 10.34 Tenda Fechada 20X20 Pé direito 2,50m Unidade/dia R\$ 100,00
- 10.35 Tenda Modelo Galpão Pé direito 4,0m m²/dia R\$ 64,00
- 10.36 Credenciamento eletrônico (controle de acesso) Unidade/dia R\$ 100,00
- 10.37 Registro de frequência eletrônico Unidade/dia R\$ 90,00
- 10.38 Registro de frequência digital Unidade/dia R\$ 80,00

10.39 Ventilador Unidade/dia R\$ 12,00

10.40 Climatizador de Ar tipo 1 Unidade/dia R\$ 30,00

10.41 Climatizador de Ar tipo 2 Unidade/dia R\$ 35,00

11 SERVIÇO DE TRANSPORTE

11.1 Van Unidade/diária de 10 h R\$ 303,50

11.2 Microônibus Unidade/diária de 10 h R\$ 445,00

11.3 Ônibus executivo para transporte intermunicipal Unidade/diária de 10 h R\$ 914,00

11.4 Ônibus Executivo para transporte urbano Unidade/diária de 10 h R\$ 638,00

11.5 Veículo de passeio Unidade/diária de 10 h R\$ 162,00

11.6 Veículo Utilitário Unidade/diária de 10 h R\$ 190,00

11.7 Veículo Executivo 4 portas Unidade/diária de 10 h R\$ 217,50

11.8 Hora Extra Van proporcional ao valor cotado Valor hora R\$ 45,00

11.9 Hora Extra Microônibus proporcional ao valor cotado Valor hora R\$ 47,00

11.10 Hora Extra Ônibus Executivo para transporte intermunicipal Valor hora R\$ 11,05

11.11 Hora Extra Ônibus Executivo p/transp urbano prop valor cotado Valor hora R\$ 66,00

12 MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE

12.1 Alfinetes mapa, metal niq, plást, redondo, preta, 10mm, cx100 Caixa R\$ 1,50

12.2 Borracha apagadora de escrita, plástico, 45mm, 23mm, 12mm, branca Unidade R\$ 1,00

12.3 Bloco Simples p/ anotações Unidade R\$ 5,50

12.4 Camiseta tradicional impressão frente Unidade R\$ 15,00

12.5 Camiseta tradicional impressão frente e verso Unidade R\$ 18,00

12.6 Caneta Esferografica especial, cores diversas com logomarca 04 cores Unidade R\$ 3,75

12.7 Caneta Esferografica cores diversas Unidade R\$ 2,53

12.8 Caneta Laser Unidade R\$ 5,00

12.9 Cartão de identificação para veículo em policromia Unidade R\$ 2,00

12.10 Cartucho preto para impressora jato de tinta Unidade R\$ 14,00

12.11 Cartucho colorido para impressora jato de tinta Unidade R\$ 20,00

12.12 Certificado: impressão em papel off set 90g, formato 21 x 29,7cm, 4/0 cores Unidade R\$ 6,50

12.13 Certificado: impressão em papel off set 90g, formato 21 x 29,7cm, 4/1 cores Unidade R\$ 5,00

12.14 Convite com envelope Unidade R\$ 5,00

12.15 CDR gravável, 700 MB, capa de acrílico, virgem, 80 min Unidade R\$ 4,00

12.16 CDRW regravável, 700 MB, capa de acrílico, virgem, 80 min Unidade R\$ 4,00

12.17 Clips nº 2, metal, paralelo, caixa com 100 unidades Caixa R\$ 2,00

12.18 Cola polivinil acetato – PVA, 500 gramas, pastosa, branca Unidade R\$ 3,00

12.19 Corretivo líquido, base de água – secagem rápida, frasco, papel comum, 18 ml Unidade R\$ 1,50

12.20 Crachá em PVC flexível Unidade R\$ 5,00

12.21 Crachá com contessor plástico e cordão Unidade R\$ 4,00

12.22 Crachá em papel Unidade R\$ 3,00

12.23 DVDR 120 minutos, gravável velocidade 4 a 8x Unidade R\$ 6,00

12.24 DVDRW 120 minutos, regravável velocidade 4 a 8x Unidade R\$ 4,00

12.25 Envelopes, tamanho ofício Unidade R\$ 1,50

12.26 Estiletes desenho, plástico resistente, 22mm, retrátil, encaixe de pressão Unidade R\$ 2,00

12.27 Etiqueta adesiva redonda 4.10.6 Caixa R\$ 4,00

12.28 Etiqueta adesiva retangulares Caixa R\$ 3,00

12.29 Etiqueta de identificação e bagagem para guardavolumes Caixa R\$ 2,00

12.30 Fita Adesiva Larga Unidade R\$ 3,00

12.31 Fita ade.em poliuretano, multiuso, dupla face, esponjosa, medindo 19 mm x 20m Unidade R\$ 3,00

- 12.32** Fita de video VHS Unidade R\$ 2,00
12.33 Ficha de inscrição: impressão em papel off set 90g, formato 21 x 29,7cm, 4/0 cores Unidade R\$ 1,50
12.34 Flip Chart com bloco e 2 pincéis atômicos Unidade R\$ 50,00
12.35 Folder – impressão papel offset 90g, formato 21x29,7cm, 1/1 cores, c/02 dobras Unidade R\$ 2,00
12.36 Folder – impressão papel off set 90g, formato 21 x 29,7cm, 2/2 cores, c/02 dobras Unidade R\$ 3,00
12.37 Folder – impressão papel off set 90g, formato 21 x 29,7cm, 3/3 cores, c/02 dobras Unidade R\$ 3,50
12.38 Folder – impressão papel off set 90g, formato 21 x 29,7cm, 4/4 cores, c/02 dobras Unidade R\$ 4,00
12.39 Grampeador; pintado, metal, mesa, 50 folhas, papel, 26/6 Unidade R\$ 8,00
12.40 Furador de papel metal, médio, pintado, 30 fls. Manual, aparador plástico Unidade R\$ 8,00
12.41 Grampo para Grampeador, metal, galvanizado, 26/6, caixa com 5000 unidades Caixa R\$ 2,00
12.42 Lápis de madeira, grafite ponta a ponta, redondo, com a ponta feita de fabrica, nº 02 Unidade R\$ 1,51
12.43 Livro de presença Unidade R\$ 5,00
12.44 Papel A4, gramatura 75g, 210x297mm, branca Resma com 500 folhas Unidade R\$ 15,00
12.45 Pasta/Bolsa Unidade R\$ 22,50
12.46 Pasta em plástico Unidade R\$ 8,00
12.47 Pasta em PVC Unidade R\$ 5,50
12.48 Pasta em couchê liso Unidade R\$ 3,00
12.49 Pasta modelo universitário Unidade R\$ 20,00
12.50 Pasta em couro sintético Unidade R\$ 57,00
12.51 Percevejo metal, latonado, 10mm, caixa com 100 unidades Caixa R\$ 2,50
12.52 Pin resinado ou metalizado, largura 16mm – altura 24,36mm Unidade R\$ 3,50
12.53 Placas para troféu, criação e produção em acrílico Unidade R\$ 9,00
12.54 Prancheta tamanho padrão com pegadores Unidade R\$ 2,00
12.55 Quadro branco, tipo lousa Unidade R\$ 8,00
12.56 Régua comum, plástico cristal, 30 cm, centímetro, rígido Unidade R\$ 1,50
12.57 Tesoura grande; aço inoxidável, polipropileno, 20 cm Unidade R\$ 3,00
12.58 Tonner Unidade R\$ 36,00
12.59 Transparência para impressora Jato de Tinta Caixa R\$ 12,00
12.60 Transparência para impressora Laser Caixa R\$ 15,00
12.61 Vale Alimentação em AP 180g, 2/0 cores, 7x5cm Unidade R\$ 0,50

13 OUTROS SERVIÇOS

- 13.1** Serviços de limpeza, Desinfecção e Desodorização m²/dia R\$ 5,00
13.2 Serviço de Filmagem de evento de pequeno porte Hora R\$ 170,00
13.3 Serviço de Filmagem de evento de pequeno médio porte Hora R\$ 180,00
13.4 Serviço de Filmagem de evento de grande porte Hora R\$ 190,00
13.5 Serviços de edição de Filmagem Hora R\$ 150,00
13.6 Serviço de Atendimento Médico UTI/Móvel Unidade/dia R\$ 600,00
13.7 Serviço de Gravação de Som Hora R\$ 70,00
13.8 Serviço de Gravação de CD Unidade R\$ 1,00
13.9 Serviço de Gravação de DVD Unidade R\$ 2,25
13.10 Serviço de impressão de etiquetas Unidade R\$ 1,70
13.11 Serviço de manipulação de materiais e montagem de pastas Unidade R\$ 1,70
13.12 Serviço de cópia fora do local Unidade R\$ 0,40
13.13 Serviços de encadernação Unidade R\$ 3,00
13.14 Serviço de Registro Fotográfico foto 15x22cm Foto revelada R\$ 10,00
13.15 Serviço de transcrição de áudio em português Hora R\$ 80,00

13.16 Serviço de transcrição de áudio em idiomas básicos (inglês, francês e espanhol)
Hora R\$ 80,00

14 MOBILIÁRIO

14.1 Cadeira Universitária com mesa de apoio articulável Unidade/dia R\$ 8,00

14.2 Cadeira fixa com braço estofada Unidade/dia R\$ 8,00

14.3 Cadeira fixa sem braço estofada Unidade/dia R\$ 7,00

14.4 Cadeira giratória com braço estofada Unidade/dia R\$ 9,00

14.5 Cadeira giratória sem braço estofada Unidade/dia R\$ 9,00

14.6 Cadeira fixa com braço plástico Unidade/dia R\$ 3,00

14.7 Mesa Diretora 15 pessoas Unidade/dia R\$ 24,00

14.8 Mesa Diretora 04 pessoas Unidade/dia R\$ 14,00

14.9 Mesa redonda de vidro ou madeira para 4 e 8 lugares Unidade/dia R\$ 124,77

14.10 Mesa de centro Unidade/dia R\$ 14,25

14.11 Mesa de apoio Unidade/dia R\$ 10,00

14.12 Mesa de reunião para 10 pessoas Unidade/dia R\$ 10,00

14.13 Mesa de reunião para até 20 pessoas Unidade/dia R\$ 12,00

14.14 Mesa de reunião para até 30 pessoas Unidade/dia R\$ 98,00

14.15 Mesa para microcomputador Unidade/dia R\$ 52,00

14.16 Sofá 2 lugares Unidade/dia R\$ 26,75

14.17 Sofá 3 lugares Unidade/dia R\$ 34,75

14.18 Púlpito em acrílico ou madeira Unidade/dia R\$ 39,00

TOTAL GERAL R\$ 28.960,24

Prazo de validade da proposta: no mínimo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, a contar da data da sessão pública.

Local e data.

Assinatura do representante legal

Conforme assinalado pelo Tribunal, a proposta comercial do licitante deverá englobar o **SOMATÓRIO DE TODOS OS SUBITENS DE MEDIDAS UNITÁRIAS CONSTANTES Dos ITENS Nº 1 ao Nº 14, TOMANDO-SE COMO REFERÊNCIAL O PREÇO UNITÁRIO DE MERCADO ESPECIFICADO NO EDITAL, SEM QUALQUER PREVISÃO DE QUANTIDADE NECESSÁRIA DE CADA SUBITEM, IMPONDO-SE A NULIDADE TODO O CERTAME LICITATÓRIO, EM TOTAL AFRONTA A TODOS OS DISPOSITIVOS LEGAIS ANTERIORMENTE JÁ TRANSCRITOS.**

O TOTAL GLOBAL DO MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL é de R\$ 28.960,24, contendo apenas unidades de medidas de cada subitem constantes dos itens 1 ao 14, não retratando as quantidades de insumos, materiais necessários, serviços e encargos respectivos, tributação, taxa de administração da empresa vencedora desse embrolho, sendo este o critério eleito e que será UTILIZADO PELO TRIBUNAL PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS NA LICITAÇÃO Nº 083/2010.

Não é crível que essa idéia tão ilegal, imoral e evasiva tenha partido da Casa da Justiça Mineira, permitindo amplamente, irrestritamente e ilegalmente o JOGO DE PLANILHAS ENTRE OS QUANTITATIVOS DOS DIVERSOS SUBITENS CONSTANTES DOS ITENS DURANTE TODO O PERÍODO DE EXECUÇÃO PELA EMPRESA CONTRATADA, chocando a este cidadão, pelo eminente risco de dano ao erário público, que é prejuízo de todos nós cidadãos, porque o Tribunal vai contratar mal e pagar o indevido pelo erro de elaboração e lançamento à praça do edital de todos os seus anexos.

Numa licitação, cujo a previsão do valor anual estimado de gasto é de R\$1.913.700,00 (um milhão, novecentos e treze mil e setecentos reais), no qual estarão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da Contratada, PERGUNTO a V. S^{as}. como é possível explicar o critério de julgamento adotado por esta administração utilizando-se apenas o valor global do somatório de unidades de medidas, sem qualquer quantitativos, no montante de R\$ 28.960,24, estimado no ANEXO IV, valor esse que não corresponde sequer a aproximadamente 2% (dois por cento) do valor total estimado para a contratação anual. ISSO É IMORAL, ILEGAL, IRRACIONAL, INEFICAZ, ANTIECONÔMICO E INACREDITÁVEL ESTÁ PARTINDO DO ÂMBITO PODER JUDICIÁRIO.

Para corroborar minha indignação, em resposta ao ESCLARECIMENTO FORMULADO PELA EMPRESA – EFEITO PROMOÇÕES E EVENTOS, especificamente no item 2, a área responsável manifestou-se:

“2 - A remuneração da empresa de eventos não está prevista na planilha de custos. Ela deve ser acrescentada aos custos dos itens solicitados?” Resposta: Sim, de acordo com o item 5.4 do edital.

BRINCADEIRA ESSA RESPOSTA, pois o item 5.4 do edital, citado na malfadada resposta, somente estabelece que consideram-se incluídas na proposta todas as despesas necessárias à execução do objeto, como tributos, encargos sociais e trabalhistas, seguros e outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação do serviço da presente licitação, OS QUAIS FICARÃO A CARGO EXCLUSIVAMENTE DO LICITANTE VENCEDOR.

Diante da resposta do TJMG, pergunta-se: Onde está a permissão de acréscimo de remuneração da empresa organizadora de eventos no edital em referência, diante do SIM da resposta de V.Sas?

A Lei Federal 11.771/08, estabelece que O PREÇO DO SERVIÇO DAS EMPRESAS ORGANIZADORAS DE EVENTOS É O VALOR COBRADO PELOS SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, A COMISSÃO RECEBIDA PELA INTERMEDIÇÃO NA CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO E A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS.

A Cláusula 4.1 do edital impugnado, denominada de “ VALOR DO CONTRATO, estabelece: que o valor anual estimado para o Contrato a ser firmado com o licitante vencedor é de R\$1.913.700,00 (um milhão, novecentos e treze mil e setecentos reais), no qual estarão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da Contratada”

PORTANTO, onde está a permissão de acréscimo de remuneração da empresa organizadora de eventos no edital em referência, diante do SIM da resposta de V.Sas.? Esta área administrativa tem servidores competentes para analisarem corretamente os fatos e responderem, com base legal e no instrumento convocatório as perguntas? Parece-me que não?

QUAL SERÁ O PERCENTUAL TOTAL DA CARGA TRIBUTÁRIA DA EMPRESA CONTRATADA SOBRE OS SERVIÇOS PRESTADOS? A DEFINIÇÃO DESSA CARGA DEPENDE DO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DAS EMPRESAS DO DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS? Vocês possuem “bola de cristal” para

adivinhar o enquadramento tributário das futuras concorrentes? De acordo com o seu enquadramento o percentual total de tributação poderá ser maior o menor, impondo pesados ônus para a Administração Pública. **SERÁ QUE ISSO NÃO FAZ DIFERENÇA PARA ESTA ADMINISTRAÇÃO** ou é tão irrelevante para eliminar qualquer previsão na proposta das empresas do ramo?

QUAL SERÁ A TAXA DE ADMINISTRAÇÃO A SER COBRADA PELA EMPRESA CONTRATADA? 10, 20, 30 40, 50, 60 % e assim por diante. Nada se definiu no Edital, logo, A DEFINIÇÃO DESSA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO FICARÁ A CARGO DA EMPRESA CONTRATADA.

QUE ABSURDO! QUE ILEGALIDADE! QUE IMORALIDADE! QUE DESCASO COM O GASTO DOS PARCOS RECURSOS PÚBLICOS!

ONDE ESTA A VANTAJOSIDADE DA CONTRATAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO NO CRITÉRIO DE JULGAMENTO ADOTADO PELA GECOMP NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO IMPUGNADO?

Diante dessa panorâmica, ONDE ESTÁ A PERMISSÃO DE ACRÉSCIMO DE REMUNERAÇÃO DA EMPRESA ORGANIZADORA DE EVENTOS NO EDITAL EM REFERÊNCIA, DIANTE DA RESPOSTA SIM DE V.S^{as}?

Qual será o percentual permitido? É tanta e tamanha omissão e desconhecimento do ramo deste negócio que dispensa qualquer outro comentário por parte deste cidadão.

Como se não bastasse, para agravar ainda mais a situação já exposta, a mesma empresa continuou com seu pedido de esclarecimentos, no item 3 subsequente, no seguinte sentido:

“3 – Neste caso os preços repassados podem ser maiores do que os preços de mercado apresentados? Se houver bi-tributação esse valor de mercado terá um acréscimo grande. Isso foi pensado por vocês? Resposta: Sim.

Desculpe a minha ignorância, qual parte do edital e seus anexos essa agravante, que gera impacto econômico-financeiro de extrema relevância foi pensada por V. S^{as}.? O Tribunal consegue informar qual será o impacto dessa bi-tributação na contratação, diante do critério de julgamento adotado nesta Licitação? O corpo do edital e seus anexos não contêm nada, são evasivos e vazios, assim como as respostas dadas aos esclarecimentos formulados a V.S^{as}.

A TRISTE REALIDADE É QUE A ÁREA ADMINISTRATIVO RESPONSÁVEL PELOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS NÃO PENSOU EM NADA E DEMONSTROU TOTAL DESCONHECIMENTO DAS NORMAS DE LICITAÇÕES PÚBLICAS E DO RAMO DE MERCADO DE EMPRESAS ORGANIZADORAS DE EVENTOS. ESSA É A CONSTATAÇÃO RETRATADA NESTE MALFADADO E ILEGAL EDITAL DE LICITAÇÃO, QUE, S.M.J, IMPÕE A DECRETAÇÃO DE SUA NULIDADE, POR TÃO ABSURDA E CRISTALINA QUE É, DEVENDO SER APURADA A RESPONSABILIDADE DE QUEM LHE TENHA DADO CAUSA, NOS TERMOS DO §6º DO ART. 7º DA LEI Nº 8.666/03.

Parece-me que a situação agrava-se ainda mais para este Tribunal nesta licitação, uma vez que os preços constantes no ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL, são meramente preços de mercados sugeridos pelo TJMG, ou seja, preços de referência, onde não se poderá exigir que os preços cotados pelos licitantes proponentes situem-se entre limites máximos e mínimos em torno deles.

ISSO É GRAVÍSSIMO, pois não existe critérios de aceitabilidade dos preços propostos pelas empresas ofertantes, e como o critério de julgamento de propostas pelo valor global adotado pelo Tribunal é um valor simbólico e

irrisório (2% do valor anual da contratação), correspondente ao somatório dos subitem das unidades de medidas constantes dos itens 1 a 14, não haverá como desclassificar qualquer proposta.

Não existe nenhum dispositivo no edital que diz que os valores cotados para as unidades de medidas se tratam de PREÇOS MÁXIMOS e que não podem ser majorados ou diminuídos. Assim, torna-se mais flexível e tranquilo o ILEGAL JOGO DE PLANILHA DE PREÇOS e vocês não possuem critérios que possam e permitam desclassificar qualquer empresa que utilizar desse artifício.

PORTANTO, O PREJUÍZO PARA O ERÁRIO É IRREPARÁVEL E IMENSURÁVEL e, portanto INTOLERÁVEL, seja por mim cidadão, seja pela coletividade, seja pelo interesse público que sobrepuja ao particular, seja pelas próprias empresas que participarão do certame que não possuem parâmetros, quantitativos e critérios objetivos para formulação de suas propostas, seja pelo próprio tribunal de Justiça.

O EDITAL É NULO DE PLENO DIREITO e assim impõe sua decretação por esta Administração.

4 - No projeto básico, em especial no item 17.10, reza que:

“17.10. Responsabilizar-se por todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto do contrato, devendo estar incluídas nos preços propostos todas as despesas com materiais, alimentação, equipamento, insumos, mão-de-obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas (exceto ECAD), tarifas, salários, encargos sociais e trabalhistas, custos diretos e indiretos e demais despesas necessárias à perfeita execução dos serviços.”

PERGUNTA-SE NOVAMENTE: Como será incluído no faturamento o fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos utilizados para fins de critério de julgamento das propostas não correspondam às reais necessidades do objeto a ser executado? Qual será o valor do seguro a ser incluído na proposta? E os impostos, taxas, tarifas, custos diretos e indiretos e demais despesas necessárias à perfeita execução dos serviços não previstas no modelo de proposta comercial? Qual a incidência da taxa de administração?

A macrovisão da licitação e do edital de licitação nº 083/2010, não deixa margem de dúvida que se trata de uma contratação no escuro, onde o que, a princípio pensaram ser mais vantajoso para a Administração, com a continuidade deste certame e a execução da prestação dos serviços contratados será extremamente oneroso aos cofres públicos.

Não existe, no presente caso, como assegurar a este cidadão e a toda a coletividade a vantajosidade desta contratação, nos moldes editalícios atualmente publicados. Com dinheiro público não se brinca nem se arisca. Portanto, essa licitação não pode prosperar da forma como proposta, precisando ser decretada sua nulidade absoluta e proceder com as revisões e alterações necessárias.

5 - O edital não se restringe à fase de abertura, porque as regras que estipular permearão todas as demais fases, que a ele se aterão. Assim, a previsão contida na CLÁUSULA DÉCIMA do contrato, anexo ao edital, estabelece que:

“ O objeto do presente contrato poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21.06.1993.

10.1. O TRIBUNAL se reserva o direito de, em qualquer ocasião, fazer alterações nas especificações, que impliquem redução ou aumento de serviços, das quais resulte ou não correção do valor contratual, obedecido ao limite legal.

10.1.1. Quando, na execução do contrato, houver alterações do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, a CONTRATADA levantará previamente os quantitativos.

10.1.2. Após exame e aprovação do orçamento pelo TRIBUNAL e celebração do devido termo aditivo, será emitida autorização escrita para a realização dos serviços.

10.2. Serão reconhecidas como alterações das especificações somente aquelas feitas com autorização escrita do TRIBUNAL.”

Seja como for, aí está mais uma forma de agravar ainda mais o já falado MALFADADO JOGO DE PLANILHAS DE PREÇOS, com acréscimos e supressões de serviços, permitindo fazer, inclusive, alterações nas especificações, tornando esses acréscimos e reduções ilegais e imorais, diante das circunstâncias propostas para realização desta licitação e da falta de clareza constantes nas previsões de preços e quantitativos de cada área demandante deste Tribunal.

6 - Outro ponto que merece destaque deste edital é o item 10, constante da previsão de custos/participantes da ASCOM, que não se trata de evento institucional. Pode até ser social, mas não institucional, logo não poderia ser realizado com recursos públicos, conforme previsto por V.S^{as}.

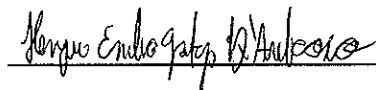
7 – Inobservância de vedação de inclusão de atividades inerentes aos servidores do plano de carreiras do TJMG, a exemplo de contratação de técnico de informática e outros, o que é ilegal e deve ser expurgado do ato convocatório.

CONCLUSÃO:

Diante das irregularidades especificadas nos itens anterior, venho requerer:

- a) A SUSPENSÃO DA LICITAÇÃO Nº 083/2010, como medida cautelar, até a análise e decisão dos itens de irregularidade apontados nesta impugnação, que afrontam a normatizações citadas, em especial as normas cogentes constantes da Lei nº 8.666/93.
- b) A DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 083/2010, PELOS MOTIVOS ANTERIORMENTE ALINHAVADOS, QUE CONTRARIAM A LEI, O INTERESSE PUBLICO E COLETIVO EM QUESTÃO.
- c) O direito de resposta ao cidadão impugnante.

Atenciosamente,



HENRIQUE EMILIO GONTIJO D AMBROSIO

ESPECIALISTA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS

henriquegd8@hotmail.com